

COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

RETA FINAL CONCURSO UFRR



Professor
**PAULO
HENRIQUE**

RETA FINAL UFRR

DIR. ADMINISTRATIVO

01 - Todas as entidades da Administração Indireta possuem, necessariamente,

- A) ausência de personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e vinculação a órgãos da Administração Direta.
- B) personalidade jurídica própria, ausência de patrimônio próprio e subordinação a órgãos da Administração Direta.
- C) personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e vinculação a órgão da Administração Direta.
- D) personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e subordinação a órgãos da Administração Direta.
- E) ausência de personalidade jurídica própria, ausência de patrimônio próprio e subordinação a órgãos da Administração Direta.

02- Julgue as afirmações seguintes com fundamento no Direito Administrativo.

- I. Para a criação de cinco autarquias federais, a União precisa promulgar lei individualizada de criação de cada uma delas, todavia, para extinguir todas, bastará uma única lei com tal intento.
 - II. Empresa Pública, por ter personalidade jurídica de direito privado, está dispensada de realizar licitações, mas está obrigada a realizar concurso público para a contratação de servidores.
 - III. Não pode ser avocada a atribuição que a lei expressamente atribuiu como exclusiva a órgão ou agente, mesmo que inferior hierarquicamente.
 - IV. A edição de atos de caráter normativo e a decisão em recursos administrativos não podem ser objeto de delegação.
 - V. A expedição de decretos pelo Chefe do Poder Executivo é manifestação do Poder Normativo ou Regulamentar atribuído à Administração Pública.
- Estão corretas:
- A) somente II, III e V.
 - B) I, II, III, IV e V.
 - C) somente I, II, III e V.
 - D) somente I, II, IV e V
 - E) somente I, III, IV e V.

03 - Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

_____ são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

- A) Autarquias
- B) Fundações
- C) Empresas públicas
- D) Serviços sociais autônomos
- E) Sociedades de economia mista

04 - Marque o conceito CORRETO:

A) Poder disciplinar decorre da relação de subordinação entre o administrado e seu superior, típico da

organização administrativa e só ocorre dentro de uma pessoa jurídica, ou seja, só existe na relação entre órgãos de uma mesma entidade.

B) Poder hierárquico é aquele em que se permite à Administração Pública aplicar aos agentes públicos sanções em razão de uma infração funcional.

C) Poder discricionário é aquele em que a Administração possui total liberdade de atuação.

D) Poder vinculado é aquele em que não há ou, são mínimas, a liberdade de atuação da administração.

05 - "Atividade administrativa pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos". O conceito corresponde a:

- A) Poder vinculado.
- B) Poder discricionário.
- C) Poder disciplinar.
- D) Poder de polícia.
- E) Poder regulamentar.

06 - Quanto ao uso e abuso de poder na Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Tanto o abuso de poder quanto o desvio de poder compreendem espécies do gênero excesso de poder e comportam o direito de ampla defesa e contraditório.
- B) Desvio de poder, excesso de poder e abuso de poder são expressões sinônimas que representam as formas de omissão do dever estatal de agir legalmente.
- C) O desvio de poder compreende a atuação do administrador dentro de sua competência, porém visando a fim diverso do previsto no ordenamento jurídico vigente.
- D) Quando um servidor é exonerado do cargo comissionado sem que a administração pública tenha apresentado a motivação para o ato, caracteriza-se excesso de poder.

07 - Em relação às compras na administração pública, assinale a alternativa que apresenta um dos princípios que deverá ser atendido, segundo o qual se impõe compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

- A) Princípio da padronização.
- B) Princípio da uniformidade.
- C) Princípio da funcionalidade.
- D) Princípio da igualdade.
- E) Princípio da isonomia.

08 - De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é inexigível a licitação:

- A) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- B) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário

COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

RETA FINAL CONCURSO UFRR

exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

C) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica (ICT) ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

D) Na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

E) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

09 - Assinale a opção correta acerca dos princípios da Lei de Licitações e Contratos Administrativos — Lei n.º 8.666/1993.

A) A documentação relativa ao processo licitatório não será sigilosa, sendo pública e acessível ao público, salvo o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

B) A partir do princípio da isonomia, as normas de licitações e contratos não devem privilegiar empresas devido ao seu porte.

C) É vedado ao agente público, sem qualquer exceção, admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas que estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes.

D) Subordinam-se ao regime dessa lei apenas os órgãos da administração direta controlados direta ou indiretamente pela União.

E) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais barata para a administração.

10 Considere a seguinte situação hipotética.

A Municipalidade de Mogi das Cruzes se depara com uma situação urgente, em que um imóvel se encontra em situação precária após a ocorrência de fortes chuvas, ameaçando ruir, sendo necessária a demolição a fim de evitar prejuízo maior para o interesse público. O Município pode realizar a demolição nesse caso, sem necessidade de intervenção judicial, pois o ato administrativo, em tais circunstâncias, é dotado do atributo da

A) presunção de veracidade.

B) tipicidade.

C) imperatividade.

D) autoexecutoriedade.

E) presunção de legitimidade.

11 - Considere a seguinte situação hipotética: o Ministro de Estado da Educação, em situação emergencial, praticou ato administrativo de competência do Ministro do Planejamento. Nesse caso, a convalidação

A) não é possível, em razão do vício de objeto.

B) é possível, pois o vício de objeto narrado comporta convalidação.

C) é possível, por se tratar de vício de forma.

D) não é possível, em razão do vício de competência narrado.

E) é possível, independentemente do vício, se ocorrer com efeitos ex tunc.

12 - Quanto aos requisitos do ato administrativo, responda a alternativa correta.

A) A forma é elemento vinculado do ato administrativo, decorrente do princípio da solenidade, podendo ser exteriorizado de forma escrita, que é a regra, por sinal luminoso e mesmo por sons e gestos.

B) A lei deverá determinar a forma de exteriorização do ato, podendo prever mais de uma forma, sendo que a ausência de forma do ato administrativo importa na sua ineficácia, embora seja perfeito ou existente e válido.

C) A forma é elemento essencial ao ato, uma vez sendo desrespeitada a forma prescrita em lei o ato é inexistente.

D) A forma do ato administrativo decorre do princípio da liberdade das formas, trazido do direito civil.

E) A forma é elemento não essencial ao ato administrativo, sendo o seu vício sempre insanável.

13 - A doutrina explica que “Ato Administrativo é toda declaração unilateral de vontade do Estado, no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante comandos complementares da lei, expedidos a título de lhe dar cumprimento e sujeitos a controle pelo Poder Judiciário, ficando, assim, excluídos, os atos abstratos e os convencionais”. (Fernanda Marinela. Direito Administrativo. 5. ed. Niterói: Editora Impetus, 2011. p. 253.)

Sobre o tema, analise. I. São elementos do ato administrativo: sujeito competente, forma, motivo, objeto e finalidade. II. No direito administrativo, o silêncio é considerado como consentimento tácito. III. O mérito administrativo, ou seja, a discricionariedade, pode estar no sujeito, na forma e na finalidade.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

A) I. B) II. C) III. D) I e II. E) II e III.

14 - Quem é agente público?

a) É qualquer pessoa, tanto física quanto jurídica, que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

b) É toda pessoa jurídica que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

c) É toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

d) Nenhuma das alternativas.

15 - Os empregados públicos estão submetidos a qual regime?

a) Estão sujeitos ao regime estatutário e ocupam emprego público.

b) São contratados e submetidos ao regime da legislação trabalhista (CLT) e ocupam emprego público.

c) São contratados por tempo determinado, em caráter excepcional, para atender eventual necessidade (urgência) de interesse público.

d) Não estão vinculados a nenhum regime.